

# O CONHECIMENTO CRÍTICO NA RECONSTRUÇÃO DAS DEMANDAS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEAS \*

*Yolanda Guerra\**

“Sem descobrir os fundamentos reais da situação histórico-social, não há análise científica possível” (LUKÁCS, 1976).

## RESUMO

Neste artigo procura-se analisar a possibilidade de reconstrução das demandas profissionais contemporâneas, a partir do potencial inerente ao referencial teórico-metodológico crítico.

## PALAVRAS-CHAVE

Exercício profissional, demandas contemporâneas, reconstrução, conhecimento crítico

## INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que o Serviço Social é uma profissão, um ramo de especialização do trabalho coletivo e o assistente social um trabalhador que se insere na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, no nosso caso, *tardia, periférica e dependente*. Estes aspectos, referente às sociedades cuja inserção no capitalismo se realiza tardiamente e outros concernentes às relações (econômicas, culturais, sociais, políticas, etc.) requer pensar o Serviço Social para além de suas fronteiras e, ao mesmo tempo, buscar e situar as condições materiais-objetivas nas quais o Serviço Social intervêm, e as *relações subjetivas, resultado de como a profissão se*

---

\* Texto publicado na Coletânea: A Prática Profissional do Assistente Social. In: Battini e Baptista. Veras Editora, 2009.

\* Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (BR), professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (BR), autora do livro “A Instrumentalidade do Serviço Social”, Ed. Cortez, 1995 e de artigos publicados em revistas especializadas. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade - NEFSSC e da Pesquisa: “Fundamentos do trabalho profissional na contemporaneidade: crise capitalista e suas expressões na cultura profissional” da UFRJ- Brasil – Pesquisadora do CNPq.

*apropria e reconstrói tais condições.* Requer, ainda, entender o Serviço Social como uma profissão especializada que, a partir de conhecimentos teóricos e técnicos, valores e finalidades, sistematiza e operacionaliza respostas às necessidades sociais que lhe chegam como demandas profissionais.

Para entender o Serviço Social na contemporaneidade, momento constituinte e constitutivo de um período de transição, *há que se investir na compreensão da lógica do sistema capitalista*, suas contradições internas, as crises que atravessa, sua necessidade de revolucionar constantemente suas bases materiais e ideológicas, de criar profissões que cumpram funções demandadas por este sistema, refuncionalizá-las, requalificá-las para torná-las eficazes e eficientes dentro do padrão da racionalidade burguesa, tendo em vista sua adequação aos objetivos da acumulação/valorização do capital. Daí a necessidade de se apreender (pela via da investigação) e interpretar (pela via da reflexão teórica) a lógica de constituição desta sociedade, as formas de agir e pensar convencionadas culturalmente e que, no limite, influenciam os agentes e as práticas profissionais, orientam-nas à uma determinada razão de ser, lhes atribuem um perfil e um determinado modo de pensar, atuar e proceder, que pela regularidade, acaba constituindo um *ethos* para as profissões.

Nesta linha de análise, somente a compreensão do significado social e histórico da profissão, de suas determinações constitutivas e do seu papel na contemporaneidade (que se conectam às transformações da sociedade por meio de múltiplas mediações) é que lhe possibilita, em última instância, *uma refuncionalização ou ampliação* daquelas competências que ela foi assumindo historicamente e que diante das transformações deste estágio de desenvolvimento do capitalismo demandam uma redefinição.

### **Demandas profissionais: expressão de interesses contraditórios**

Sabe-se que o Serviço Social é uma prática profissional que nasce na sociedade capitalista no momento em que essa ordem social necessita de profissionais que administrem e controlem os conflitos de interesses gestados no mundo do trabalho (na relação antagônica entre capital e trabalho). Sendo

assim, certamente, seu mandato institucional recebe influência desse tipo de racionalidade.

Pela estruturação da própria sociedade na qual o assistente social intervém, pela dinâmica, interesses, objetivos, metas, finalidades das instituições (sejam públicas ou privadas), lócus do trabalho profissional, os limites da intervenção profissional ficam evidentes. De outro lado, a profissão também recebe um mandato das classes subalternizadas que reclamam o atendimento de suas necessidades, resultado do seu nível de organização social, o que faz com que as instituições sociais (contratantes dos assistentes sociais) incorporem, em alguma medida, tais necessidades e as tome como demandas institucionais a serem atendidas pelo assistente social e outros técnicos. O que está sendo dito é que as demandas que chegam à profissão, emanadas das necessidades das classes subalternizadas não se apresentam de maneira nem direta nem imediata à profissão, mas mediatizada pela instituição: é sua “missão”, são suas metas, seus objetivos, seus interesses que formatam as demandas institucionais postas como demandas à profissão. Ainda mais: a demanda imediata do usuário, apesar de ser a problemática inicial que o mobilizou, nem sempre é a sua demanda real, na maioria das vezes ela é o veículo (ou o meio mediador) que porta a capacidade de conduzir o assistente social à busca da demanda real, da essência. A demanda imediata ao mesmo tempo manifesta e esconde a demanda real.

Atuando especialmente como executor de políticas sociais (geridas pelo Estado, pelas empresas privadas, pelas organizações patronais, pelas organizações não governamentais, pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais), o assistente social tem os seus espaços sócio-ocupacionais e as suas condições e relações profissionais configuradas pelo padrão de política social hegemônico. A configuração das políticas sociais, o padrão de política social vigente, limita e/ou potencializa a ação do assistente social. Na contemporaneidade, o padrão de políticas sociais *privatista*, *mercantilista* e *assistencialista* condiciona intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas, miméticas, repetitivas, pragmáticas e eminentemente instrumentais, exigindo um determinado perfil profissional: aquele que responde às demandas imediatas.

Além disso, o corte no orçamento das políticas sociais, a redução da ação do Estado na implementação das mesmas, a descontinuidade e constante mudança nas diretrizes políticas (porque ficam à mercê das flutuações e interesses da política econômica ou do que é mais adequado à acumulação/valorização do capital), impõe aos assistentes sociais o enfrentamento de antigos e novos desafios. Isto porque a inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, a localização na estrutura sócio-ocupacional das políticas sociais e a construção de sua funcionalidade no espaço de mediação entre as classes sociais e o Estado *franqueiam à intervenção um caráter político*. Dado a este caráter, ou a esta dimensão da profissão, o profissional pode redimensionar o alcance e estabelecer os limites da sua intervenção, bem como definir o estatuto das suas técnicas, objetos e objetivos. É também nesse contexto, forjado pela forma como os Estados capitalistas implantam e implementam as políticas sociais, que os assistentes sociais - trabalhadores assalariados - serão os responsáveis por facilitar o acesso da população aos serviços sociais (tendo em vista manter a força de trabalho apta para a produção e reprodução do sistema). Sabe-se que a funcionalidade, o reconhecimento e a utilidade social da profissão estão na capacidade de o profissional modificar algumas variáveis do contexto social dos usuários, buscando alterá-lo, ainda que momentaneamente (Cf. NETTO, 1991). Mais, exatamente, sua capacidade está em atender as demandas.

Como profissão interventiva no âmbito das chamadas “expressões da questão social” o reconhecimento profissional advém da resolutividade desta intervenção, o que exige respostas em nível imediato, emergencial, já que atende questões que, pelo nível de tensão que provocam, põem em risco a ordem vigente.

Nestas respostas impera a exigência do atendimento às demandas que chegam à profissão de modo que aspira-se ao alcance dos fins, mas não se impõe, na mesma medida, em nível imediato, uma reflexão ético-política sobre os meios utilizados para isso. A desconsideração da relação meios e fins, (em como responder e com que meios), mais ainda, a ruptura entre meios e fins (não importa os meios desde que se alcance os fins) resulta numa prática focal, pontual, imediatista, instrumental. Neste nível de resposta (a que tem possibilidade de resolutividade imediata) a única alternativa possível é a *que*

*toma como objeto o sujeito*, visando operar mudanças comportamentais, culturais, ideológicas na vida do usuário via práticas disciplinadoras e de mudança comportamental <sup>1</sup>.

Esse procedimento de se deter nos meios em detrimento dos fins e/ou de dar respostas imediatas, de agir independentemente dos fundamentos teórico-metodológicos e dos princípios ético-políticos que estão subjacentes a estas ações, é o comportamento instrumental<sup>2</sup>.

Com base nesta reflexão, entendemos que a particularidade instrumental da profissão localiza-se não no fato de ela ser uma profissão eminentemente (mas não exclusivamente) operativa, mas *no tipo de resposta que ela dá às demandas* da sociedade, que, como sabemos, são demandas antagônicas provenientes de interesses contraditórios das classes sociais, contradição esta que se esconde na imediatividade do cotidiano profissional.

Deste modo, as evidências que sustentam esta hipótese podem ser buscadas em dois elementos. O primeiro é o fato de que este tipo de resposta está em conformidade com a natureza e com os significados da profissão na divisão social e técnica do trabalho, ao mesmo tempo em que está em conformidade com natureza, significado e padrão de política social, espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais que, por isso, condiciona a intervenção profissional. É também este modelo de resposta – instrumental – que é exigido e reproduzido pelas instituições, locus do trabalho profissional. Ora, na contemporaneidade dado ao cenário acima problematizado, as demandas que chegam a profissão são marcadas por conteúdos cada vez mais liberais e conservadores e como tal exigem este padrão de resposta<sup>3</sup>.

---

1 Remeto o leitor à modalidade de respostas tipicamente requisitada ao assistente social: resposta de conteúdo moralizador, de caráter psicologizante e reprodutora das relações sociais. Ora, se não se questiona o sistema e a estrutura da sociedade capitalista, as únicas respostas possíveis estão direcionadas ao ajustamento dos sujeitos, sua adaptação e/ ou suposta ressocialização.

2 Por ações instrumentais estamos considerando aquelas ações pragmáticas, imediatistas, que visam a eficácia e eficiência a despeito dos valores e princípios. Nestas, muitas vezes, impera a repetição, o espontaneísmo, considerando a necessidade de responder imediatamente às situações existentes. São ações isentas de conteúdo valorativo, na qual a preocupação restringe-se à eficácia dos fins. Estes subsumem a preocupação com a correção dos meios (valores e princípios ético-políticos e civilizatórios). São ações necessárias para responder a um nível da realidade (o do cotidiano), mas são insuficientes para responder as complexas demandas do exercício profissional.

3 Cabe lembrar que, especialmente, após 1995 disseminam-se práticas neoliberais e conservadoras que visam refilantropizar as formas de enfrentamento da chamada “questão social”, desqualificando o público, liquidando os direitos. O que se vivencia hoje, é o discurso que converte os direitos historicamente adquiridos em privilégios, que descarta as conquistas jurídico-formais da Constituição e demais legislações, que as transforma em objeto de negociação privada entre patrão e empregado.

No segundo, considera-se que o Estado, as políticas sociais, as instituições não se constituem como blocos monolíticos, mas ao contrário, são constitutivas e constituintes da contradição<sup>4</sup>. Nelas, dadas as diferenças e divergências quanto aos interesses vigentes, quanto às metas, objetivos, direção política e formas de encaminhar as soluções aos problemas (ou seja, de dar respostas às demandas), se explicita claramente (às vezes aos profissionais, em outras também aos usuários) a dimensão política da profissão, dimensão esta pela qual a profissão pretende uma mudança na forma e no conteúdo do poder vigente seja na instituição, seja na sua relação com o usuário, seja na sociedade capitalista de maneira mais ampla, seja em todos estes níveis. O que está sendo dito é que o exercício da dimensão política da prática faculta ao profissional questionar, alterar momentaneamente, modificar ou transformar radicalmente as relações de poder. Neste caso, portanto, ao questionar a dimensão instrumental é possível que o assistente social a enfrente, superando a mera ação de responder instrumentalmente às demandas da instituição.

Para tanto há que reconhecer, na própria gestão das políticas sociais e do cotidiano institucional, em que pesem os discursos sobre a hegemonia de um pensamento único, as expressões da *contradição*. Não obstante, os mesmos antagonismos que fazem gestar a contradição criam mecanismos de escamoteá-la. Identificá-la é resultado de uma forma de ser, de pensar e de agir não convencional e que se contrapõe à ordem instituída, à reprodução da sociedade em que vivemos<sup>5</sup>.

Neste ângulo, qual seja, no de identificar a contradição como movimento pelo qual a realidade social se constitui, como modo de ser do real, como o motor da história, passa-se a questionar toda ideologia que interpreta a realidade com formas fixas, imutáveis, naturais.

Reconhecer a contradição exige a adoção de um referencial teórico-metodológico que ultrapasse a imediatividade da vida cotidiana (no sentido de ir além dela), a aparência e as fragmentações da realidade social e que a tome

---

4 Que não pode se confundir com equívoco, ambigüidade, paradoxo, ou qualquer processo que diga respeito somente e/ou prioritariamente à consciência.

5 Lembremos que na concepção positivista a contradição é enunciada como um desvio do pensamento, sintoma de erro, incoerência, e/ou falta de nexos.

como uma totalidade composta por totalidades parciais em permanente transformação<sup>6</sup>.

É inegável que para a profissão, considerando o nível de complexidade dos fenômenos com os quais se defronta e o nível de complexidade que ela mesma alcançou nas últimas décadas, é mister o conhecimento mais aproximativo possível da realidade social na qual atua, de maneira contínua, provisória, histórica, de modo que tem que desenvolver sua dimensão teórico-metodológica.

Esta dimensão, a nosso ver, tem que se constituir, cada vez mais, em uma *requisição e exigência sócio-profissional*.

Aqui subjaz a premissa de que a complexidade da realidade exige profissionais que não apenas respondam às suas demandas, mas que as compreendam nos seus significados sociais e que pela sua intervenção lhes atribuam outros. Dentre os desafios da profissão temos o de nos constituirmos em profissionais capazes de *atuar sobre* a realidade, identificando suas demandas, apropriando criticamente das mesmas, reconfigurando-as e as enfrentando de maneira eficaz e eficiente do ponto de vista dos compromissos assumidos pela categoria com a sociedade brasileira, expressos no nosso projeto profissional. Entendemos que só assim estarão dadas as possibilidades de os assistentes sociais construir estratégias sócio-políticas e profissionais que respondam às demandas e requisições legitimamente profissionais. Nesse contexto, o profissional deve ter uma sólida formação intelectual em termos de conhecimento crítico: tanto teórico-metodológicos quanto interventivos.

### **Natureza e significado do conhecimento para a profissão**

Foi dito que como uma profissão essencialmente interventiva o Serviço Social tem que dar respostas objetivas e subjetivas à realidade social, para o

---

<sup>6</sup> Totalidade é “em primeiro lugar, a unidade concreta de contradições interatuantes; em segundo lugar, a reatividade sistemática de toda totalidade, tanto pra cima quanto para baixo (o que quer dizer que toda totalidade é constituída por totalidades subordinadas a ela e também que, ao mesmo tempo, ela é sobredeterminada por totalidades de maior complexidade...); e, em terceiro lugar, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é dinâmico, mutável, sendo limitado a um período histórico concreto, determinado”(LUKÁCS, in: NETTO, 1989:32).

que necessita conhecer os objetos<sup>7</sup> sob os quais se dará sua intervenção, seus meios e modos de intervir.

A despeito do reconhecimento da essencialidade de desenvolver a sua dimensão teórico-metodológica, a categoria profissional historicamente tem mantido uma relação tensa e ambígua com as teorias sociais, o que vem a contribuir para a manutenção do chavão de que “na prática a teoria é outra”.

Se, como sugere a maioria dos profissionais, não há uma correspondência da teoria na prática ou se “*na prática a teoria é outra*” (o que, no limite, significa a mesma coisa), numa profissão interventiva como o Serviço Social, pode-se pensar que na formação profissional há teoria demais<sup>8</sup>. Ora, já foi denunciado por inúmeras vezes a aproximação equivocada, manualesca, inapropriada, via fontes secundárias, dos assistentes sociais às diversas teorias sociais<sup>9</sup> que recobrem os fundamentos da profissão, apropriação essa que envolve matrizes do conhecimento bastante diferenciadas e até antagônicas<sup>10</sup>. Entretanto, em algumas teorias essa “inapropriação” tem efeitos mais ou menos visíveis em decorrência da funcionalidade das mesmas à reprodução do sistema capitalista<sup>11</sup>.

Noutro pólo encontra-se o descarte das singularidades da prática e a tentativa de enquadrá-la a esquemas, modelos e/ou paradigmas de análise pré-determinados, abandonando a riqueza de elementos que cobrem a prática. Neste caso, pensam seus defensores, *se a realidade não se enquadra na teoria, pior para ela*.

Verifica-se, assim, no interior da profissão, uma relação tensa e ambígua quanto a importância da teoria para o Serviço Social. Nesta, a grosso modo, podemos identificar as seguintes tendências:

---

<sup>7</sup> Estes são expressões da chamada “questão social”. A respeito da relação entre questão social e Serviço Social ver, especialmente, a Revista *Temporalis* n. 3, São Paulo, ABEPSS, 2001.

<sup>8</sup> Estamos considerando que essa afirmação carece de comprovação factual, pois, a nosso ver, se fosse verdadeira teríamos uma preocupação com o rigor teórico, com a apreensão das teorias diretamente das fontes, cuidado e fidelidade na interpretação dos autores clássicos e não a caricatura resultante da interpretação que fazemos dos mesmos.

<sup>9</sup> Quer se trate de teorias que contribuem na reprodução da ordem social e/ou que a justificam quer se trate daquelas de extração progressista.

<sup>10</sup> Pensemos no positivismo e suas derivações (o estrutural-funcionalismo, a Teoria Sistêmica, o organicismo, o estruturalismo), a sociologia compreensiva, a fenomenologia, as teorias personalistas, o marxismo, entre outras.

<sup>11</sup> Ainda que, a nosso ver, nenhuma teoria adotada como modelo deixe de empobrecer a apreensão e análise da realidade, o positivismo e suas derivações, pela necessidade de justificar a realidade social acabam por se constituir em formas ainda mais limitadoras e pauperizadoras da realidade.

1) Identificação entre as Teorias Sociais e as Ciências (cujo modelo é a física e/ou a matemática). Tal identificação, leva ao equivoco de se buscar uma abordagem da sociedade a partir dos critérios próprios das Ciências, quais sejam: da previsibilidade, do controle e da experimentação, convertendo os referenciais teórico-metodológicos em paradigmas ou modelos para sua aplicação imediata na intervenção profissional;

2) Compreensão de que a profissão é (ou pode vir a ser) uma ciência, ou um ramo do saber; descaracterizando-a da sua natureza que é dada pela forma como ela se insere na divisão social e técnica do trabalho: como profissão de natureza interventiva;

3) Concepção de que o estatuto da profissão dependeria da adoção de uma teoria (ou ciência) própria, circunscrevendo a profissão às disciplinas com objetos próprios;

4) Concepção de que pelo saber teórico iremos superar o histórico conservadorismo expresso nas práticas profissionais e a recorrente subalternidade da profissão frente a outras (Cf. NETTO, 1990).

Subjacente a estas requisições encontra-se uma concepção de Teoria Social como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referencias instrumentais precisas, capazes de serem imediatamente aplicáveis na realidade. Concebida à luz dos fundamentos filosóficos do pragmatismo e do utilitarismo, para os quais “o significado de um conceito é determinado pelas conseqüências experimentais ou práticas de sua aplicação” (HAACK, 2002) esta noção de teoria tem o seu valor, alcance e papel condicionados à sua capacidade de dar respostas prático-empíricas à realidade. *A teoria de resultados* é um produto típico do desenvolvimento capitalista e vincula-se à dimensão instrumental da razão que na ordem burguesa passa a ser a razão hegemônica, embora não seja o único nem o último padrão de racionalidade, como defendem os que, como nós, acreditam nas possibilidades emancipatórias da razão moderna e consideram que as promessas do iluminismo ainda portam a tendência de se realizarem.

Conseqüências ideológicas que daí derivam: a tendência de considerar como inútil, inoperante e impotente os pressupostos teóricos que não tenham o estatuto de *responder imediatamente* às exigências práticas da sociedade. Nesta concepção, e este não é um fenômeno novo, o que se observa é que a

teoria ao longo dos anos tem sido rechaçada, negada em suas possibilidades mais elementares: a de permitir a interpretação da lógica constitutiva da realidade social.

Produto necessário do processo de reificação é uma concepção de conhecimento que não ultrapasse a aparência dos fatos; que não supere o âmbito da experiência imediata; que conceba os fenômenos na sua positividade; que descarte o seu movimento de constituição e que, por isso, não seja capaz de captar o movimento; que suprima as mediações sociais constitutivas e constituintes dos processos; que ignore a possibilidade de conhecer a essência (a coisa em si). Sem o conhecimento dos fundamentos, a elaboração teórica nega-se a si mesma. Sem seu substrato filosófico a teoria vira presa fácil para servir de instrumento de manipulação. Como afirma LUKÁCS,

“se de fato a ciência não almeja conhecer de maneira mais adequada possível a realidade do ser em si, se não se esforça a descobrir com *métodos cada vez mais aperfeiçoados* novas verdades que necessariamente também são fundadas ontologicamente e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, em última instância, a sua atividade se reduz a *sustentar a práxis no sentido imediato*. Se a ciência não pode ou, talvez, conscientemente não quer ir além deste nível, a sua atividade se transforma em uma *manipulação dos fatos* que interessam aos homens na prática” (1988:103).

A transformação dos conhecimentos teóricos em modelos a serem aplicados no real, a conversão das teorias em técnicas de manipulação é uma tendência da ordem burguesa que vem se acentuando e se aprofundando em diversas profissões sociais. O contexto da reestruturação do capital, dos ajustes neoliberais, de uma suposta fase pós-moderna, é muito propício a ela.

Nesta forma questionável de interpretação do real, fica claro que o processo de produção do conhecimento tem a prática como a referência da teoria. Faz parte das tendências materialistas (tanto do materialismo espontâneo quanto do materialismo histórico – apesar das suas diferenças de fundo) tomar a prática como critério de verdade. Entretanto, cabe captar qual a concepção de prática que está sendo utilizada. A concepção de prática como sinônimo de atividade, experiência de indivíduos, modos de

operar dos mesmos acaba por superestimar a experiência<sup>12</sup> sustentando-se na assertiva de que “só se aprende a fazer fazendo”<sup>13</sup>. Tomada no seu sentido utilitário, esta prática nega a teoria<sup>14</sup> e a reduz ao senso comum, pois a considera suficiente para fornecer aportes à experiência. A perfeita sintonia entre senso comum e atividade, considerando o nível de consciência (e o conhecimento) exigido para atuar em situações imediatas, sanciona a utilidade do saber do senso comum para responder às demandas da atividade imediata. A veracidade do conhecimento passa a ser variável da sua utilidade, da sua aplicação prática e de sua capacidade de produzir resultados<sup>15</sup>. Aqui aparecem as requisições sócio-profissionais de caráter instrumental como finalidade em si. Embora não sendo a única maneira de conceber a teoria, para efeito de considerar o Serviço Social, esta maneira é a que tem sido hegemônica na profissão<sup>16</sup>.

Da mesma forma, há confusões e equívocos no que se entende como processo de produção do conhecimento no e para o Serviço Social.

Neste caso temos cometido os seguintes equívocos, dentre outros:

a) A apropriação e utilização de um elenco de disciplinas e/ou conhecimentos sobre a realidade empírica que são, equivocadamente,

---

12 A nosso ver, todo conhecimento inicia-se pelos órgãos de sentido, pela experiência, mas não se limita à ela. Por aproximações sucessivas, o sujeito vai transcendendo a imediaticidade da experiência, vai superando a sua aparência em vista do alcance da essência. Mas a superação desta perspectiva empirista exige a adoção de uma perspectiva de totalidade na análise da realidade. Esta, por sua vez, não é mais do que o modo de se constituir da própria realidade, a qual se encontra em permanente processo de totalização.

<sup>13</sup> Assertiva esta que deixa clara a separação entre teoria e prática e ignora a importância do conhecimento para o fazer. Nela se hipertrofia o papel da aprendizagem através da atividade prática. Ela ignora o fato de que a aprendizagem não vem diretamente da experiência, mas pela mediação da reflexão sobre a experiência.

<sup>14</sup> A noção de teoria com qual estamos trabalhando é a que a considera como uma forma de organização do conhecimento (mas não a única) na qual este se dispõe como um conjunto de pressuposições sistemáticas, explicações, tendências, sobre um determinado domínio da totalidade social. Na tradição que vem de Marx, a teoria é o conjunto das representações que se dá em nível do pensamento que expressa o modo de ser do objeto no seu movimento de constituição, ou seja, o objeto é apreendido como processo, e como tal, nas suas determinações e categorias constitutivas, legalidade imanente, conexões, articulações que constituem sua particularidade. Aqui, o processo de elaboração teórica é o de “elevar a conceito o movimento concreto” (Cf. LUKÁCS, In: GUERRA, 1995)

<sup>15</sup> Cabe destacar a máxima do pragmatismo: o verdadeiro é o útil, de modo que a veracidade do conhecimento está na sua utilidade. Cf. JAPIASSU e MARCONDES, 1991.

<sup>16</sup> No estudo que empreendemos na nossa dissertação de mestrado, do qual resultou uma reflexão sobre a instrumentalidade do Serviço Social, concluímos que até mesmo os profissionais que concebem a teoria como processos de reconstrução da realidade pela via do pensamento, que tem claro que a escolha de uma teoria não é arbitrária, mas ao contrário, vincula-se a projetos de sociedade, visões de mundo e métodos, reclamam da teoria respostas imediatas para a prática profissional (Cf. GUERRA, 1995).

concebidos como teorias, as quais nos fornecem um quadro referencial eclético, segregado em informações parciais, fragmentadas, abstratas<sup>17</sup>;

b) Aproximação de teorias sociais macroscópicas, tanto as Teorias sociais como de Teorias da ação social, das quais se exige respostas profissionais, convertendo-as em modelos (ou métodos) de ação profissional. Aqui, os elementos que caracterizam a prática e a complexidade das teorias sociais são subsumidos pela aplicação de modelos.

c) Apropriação do arcabouço teórico-metodológico marxiano, de um ponto de vista epistemológico, o que o tem tornado estéril frente às complexas contradições ontológicas da sociedade burguesa na contemporaneidade. Não é demais lembrar que o caráter modernizante da profissão sempre esteve vinculado a um recorrente apelo aos referentes teórico-metodológicos apropriados inadequadamente por fontes secundárias, via manuais, e convertidos em modelos de intervenção profissional, como se das abordagens macroscópicas dos clássicos do pensamento social (Marx, Durkheim e Weber, etc.) pudessem derivar modelos teórico-metodológicos para o Serviço Social.

Se nem todas as teorias possuem o mesmo alcance, há que se perguntar sobre o critério de verdade das teorias.

Inicialmente podemos dizer que, a nosso ver, este critério encontra-se na realidade sócio-histórica, de modo que o conhecimento é sempre aproximativo, histórico, relativo, processual, e deve acompanhar o próprio movimento do real.

Na concepção marxiana<sup>18</sup>, teoria social é a expressão, em nível do pensamento do sujeito, do movimento da realidade, donde a importância do papel da consciência no processo do conhecimento. Diz MARX, na II Tese sobre Feuerbach (In: MARX e ENGELS, 1989:94):

“é na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento”

Para que uma teoria explique uma dada realidade há que se ter um método que parta das categorias constitutivas da própria realidade.

---

17 Exemplo disso é a nossa aproximação às chamadas teorias de médio alcance. Se o seu conteúdo não é, por si só, limitado, o que delas apropriamos é o seu viés psicologistas, sociologistas, culturalistas, politicistas, economicista utilizados por nós para promover e justificar determinados procedimentos prático-profissionais conservadores.

18 Entendemos por concepção marxiana o que é próprio da elaboração de Karl Marx.

O método é uma das mediações mais importantes que se interpõe entre sujeito e objeto no processo do conhecimento. Este não é uma mediação meramente instrumental, mas uma relação constituinte, que embora necessária, não é dada a priori, mas construída no processo. Daí é possível se compreender o método não como o instrumento que o sujeito escolhe a priori, mas como uma determinada relação entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido na qual sujeito e objeto se auto-implicam, daí o vínculo orgânico entre teoria social e método. Este tipo de relação entre sujeito e objeto nos permite pesquisar da realidade considerada na sua objetividade, disposta a ser conhecida por um sujeito que a aborda a partir de determinada angulação. Sem a consideração deste processo o conhecimento se torna um fim em si mesmo.

É no confronto entre a aparência e a essência da realidade, que o método dialético vai realizar a síntese (que é a expressão da unidade deste antagonismo) que se efetiva pela superação dialética da aparência (no sentido de superar, conservando a sua substância). Este movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos (neste caso, entre aparência e essência) que se realiza na forma de tese/antítese e síntese, explicita a contradição, a qual, enquanto um princípio imanente à realidade, a põe em movimento. O que é importante citar é que deste movimento dialético, dado pelos vetores negativos que entram em contradição, *a realidade se coloca tanto como possibilidades quanto como restrição de possibilidades.*

As aproximações sucessivas à descoberta da realidade visam a alcançar, pela via do pensamento, o conhecimento da lógica que constitui a realidade mesma, nos seus componentes essenciais, nas suas diversas características: universais, particulares e singulares, seu modo de ser e suas possibilidades de se constituir em outras realidades, de se transformar.

Diz LUKÁCS (1978:3):

“quando se diz que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, quer-se dizer que a *consciência tem um real poder no plano do ser*”.

Neste âmbito, há que se perceber o papel ativo da consciência do sujeito social na construção/transformação da realidade, o oposto do que se prega no empirismo.

Na perspectiva de análise dialética a teoria adquire instrumentalidade quando extraída de análises históricas e historicamente determinadas, bem como, quando orientada para o alcance de finalidades sociais.

Com estas reflexões queremos reafirmar a necessidade de problematizar o já consagrado jargão de que na teoria a prática é outra e resgatar o fecundo significado da teoria para uma profissão como o Serviço Social<sup>19</sup>.

Com este fim, seguindo a trilha aberta por LABICA (1990: 142-3) na sua análise sobre a relação teoria-prática na obra de Marx, optamos pela seguinte citação, que embora longa, traduz claramente esta questão:

“Da prática à teoria, o vaivém é constante, e ele não poderia excluir os desvios, ou as mediações que são próprias ao processo do conhecimento. As famosas páginas da Introdução dos Grundrisse consagradas ao “método da economia política” são perfeitamente explícitas neste ponto, quer se trate da apropriação do concreto e de sua reprodução “sob a forma de concreto pensado”, ou do “caminho do pensamento abstrato, que evolui do simples ao complexo” e “reflete assim o processo histórico real”. A concepção tradicional da teoria e da prática se acha profundamente remexida neste sentido. A segunda não está mais reduzida ao fazer elementar do empírico, do cotidiano, do contingente em que se rebaixaria a primeira, ela é produção material pelos homens de sua existência, portanto igualmente de seu pensamento; ela é história real”.

Com base nesta afirmação vemos na concepção marxiana o rico significado de prática como produção dos homens da sua existência, e, portanto, do seu pensamento, a prática é muito mais do que uma atividade e a mera relação entre teoria e prática não se dá de imediato tanto no sentido temporal, (posto que ela é sempre *post festum*<sup>20</sup>) quanto no que se refere às mediações fundamentais que se interpõem entre elas. Deste modo, a condição de determinada teoria revelar os enigmas da realidade social é de natureza histórico-social: é necessário que os processos históricos se desenvolvam e se universalizem em termos histórico-universal a ponto de serem captados e

---

<sup>19</sup> Lembramos ao leitor que nos seus primórdios o que servia de teoria á formação dos assistentes sociais eram as Encíclicas Papais. Mais tarde a profissão passa a lançar mão de princípios e postulados operacionais retirados do neotomismo, que lhe servem como teoria.

<sup>20</sup> Ou a posteriori. Isso se expressa na afirmação marxiana de que “a reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também a sua análise científica segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa-se *post festum*, e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento” (MARX, 1985: 73).

reconhecidos pela consciência. Daí, a teoria penetra o objeto, dissolve sua aparência, busca suas relações, sua lógica constitutiva, suas mediações (particularidade histórica). Porém, a completa resolução do dilema não requer soluções teóricas, mas prático-social. Neste campo (das soluções prático-sociais) a teoria é mesmo inepta. Aqui se põe os limites da reflexão teórica<sup>21</sup>. Quando se passa da universalidade teórica para as particularidades concretas e históricas, surge um conjunto de mediações que a análise teórica não pode responder completamente. A realidade é sempre mais rica, ampla e plena de mediações que a capacidade do sujeito de captá-las e reproduzi-las pelo pensamento.

Nesta concepção, o processo do conhecimento se inicia pelos órgãos de sentido, pela intuição e pela representação e vai passando por outros condutos da razão até chegar ao nível mais alto do conhecimento que é o da razão crítico-dialética. Mas o processo de conhecimento pode se limitar a níveis inferiores e não alcançar o nível da razão dialética. Se o conhecimento não ultrapassa o nível da intuição e da experiência, a realidade pode aparecer mistificada. Só não o será quando a realidade é captada e reproduzida pelo pensamento crítico-dialético.

Há, portanto, diferentes modalidades de apreensão do real, as quais, embora possuam uma autonomia, não podem ser autonomizadas ou atomizadas. Diz MARX que a apropriação teórica se dá de um “modo que difere da apropriação desse mundo na arte, na religião e no espírito prático” (1983: 219). Cada modalidade do conhecimento nos permite uma forma de apropriação do mundo. A mais elementar é a apropriação através do espírito prático, manipulador, realizado no e pelo cotidiano. A apreensão do real pela teoria é diferente da sua apreensão pela arte, religião, pela prática. Vê-se que o conhecimento teórico é apenas um tipo de conhecimento entre outros, mas, sobretudo, tende a ser o mais universal e mais completo, uma vez que ele busca captar e reproduzir o real por meio do pensamento. Assim, a *teoria* é uma forma de apropriação do mundo. O *conhecimento dado pelo espírito*

---

<sup>21</sup> Pensemos, por exemplo, na descoberta por Marx do fetiche da mercadoria. Esta foi uma descoberta teórica. Não obstante, a transformação das relações sociais fetichizadas compete as forças sociais práticas. Neste caso a teoria revela, traz à luz, descobre as relações nas quais os sujeitos estão inseridos, mas não transforma estas relações (ou, como se costuma dizer, a prática social).

*prático*, ou o que se convencionou denominar como senso comum, obtido nas intervenções profissionais é o conhecimento que advém da experiência e que permite a manipulação do mundo. Ambos (conhecimento teórico e conhecimento prático) são modos de a consciência se apropriar do mundo. Mas, são conhecimentos de naturezas, de significados e estatutos diferentes.

Teoria e prática como pólos opostos se confrontam a todo o momento: questionam-se, negam-se e superam-se, a ponto encontrarem uma unidade que é sempre histórica, relativa e provisória. Não obstante, teoria e prática mantêm sua especificidade e autonomia. A teoria tem que ser vista como a crítica e a busca dos fundamentos. Ela tem validade enquanto reflete as relações sociais reais, e por isso, como já foi dito, seus resultados são sempre aproximativos, processuais e relativos. A prática social pode *validar uma teoria em determinadas condições sócio-históricas*, de modo que a teoria tem que ser reconhecida na prática, mas não nas práticas profissionais.

Aqui há que se mobilizar as mediações reais e teóricas. Então, fundamentados na concepção marxiana, como, a nosso ver, se realiza a relação teoria/prática?

Dizemos que a teoria não se gesta, não brota da prática, mas da reflexão sobre a prática: A teoria é outro nível do conhecimento que se testa na prática. Tampouco a teoria produz transformações prático-materiais. O que ela transforma são percepções, concepções, ela permite enfrentar conceitos previamente determinados, preconceitos e superar o senso comum. A teoria transforma parte da realidade, mas entre a transformação da consciência e do real são necessárias outras mediações. Isto porque o conhecimento no nível teórico *não incide diretamente* no nível prático-empírico das profissões.

Não obstante, o conhecimento e os referenciais teóricos e metodológicos nos fornecem a compreensão da sociedade na qual se inserem nossos objetos de intervenção, nos fornecem também uma compreensão sobre estes mesmos objetos e sobre em que, quando e como intervir. Mais do que isso, a teoria incide sobre a compreensão da direção social, do significado, das implicações do nosso fazer cotidiano e das possibilidades que a realidade contém de se questionar e se transformar em outra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pressupor a não correspondência entre teoria e prática como algo óbvio é naturalizar e justificar este chavão. Na ordem burguesa a não percepção desta relação dialética é funcional ao padrão de racionalidade que lhe sustenta. Assim, diz MARX:

“onde *cessa a especulação*, é na vida real que começa, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. As frases ocas sobre a consciência acabam, e um saber real deve substituí-las” (In: LABICA, 1990:143)

Para o Serviço Social, na sua tendência mais crítica, enfrentar este chavão tem sido uma necessidade recorrente. A adoção de uma teoria crítico-dialética para a profissão vêm possibilitando, de um lado, apreender a realidade da maneira mais próxima possível e, de outro, apreender a profissão como expressão da contradição mais central da ordem burguesa: a *apropriação privada da riqueza socialmente produzida*<sup>22</sup>.

Foi graças à apreensão da categoria ontológica da contradição que o movimento da realidade se tornou inteligível à profissão e esta adquiriu a capacidade de tanto se perceber como expressão das relações sociais do mundo capitalista quanto de buscar a compreensão do conjunto de relações e complexos sociais que compõem a sociedade burguesa em cada momento histórico os quais se auto-implicam e se auto-explicam. Tais complexos sociais se interpõem no/ao exercício profissional como mediações que o vinculam a outros complexos (econômicos, culturais, políticos, ideológicos, institucionais) e permitem explicar a profissão no contexto das relações sociais. Nesta perspectiva de compreender a realidade como um processo em totalização e o Serviço Social como parte deste processo, os modos de ser e de se expressar da realidade se convertem em categorias metodológicas, as quais nos fornecem um determinado e fecundo ângulo para conhecer a realidade e o Serviço Social dentro dela.

---

<sup>22</sup> Aqui aparece claramente a relação Questão Social e Serviço Social, posto que a primeira não é sinônimo de pauperismo nem a segunda se gesta de qualquer modalidade de desigualdade social, mas daquela própria das determinações do capitalismo: a socialização da produção e a apropriação privada do seu excedente. Sustentamos que a relação entre elas se dá tendo em vista as formas de enfrentamento da questão social adotada pelo Estado em determinado momento histórico, dado ao protagonismo da classe trabalhadora.

As categorias do método nos facultam uma compreensão mais clara, larga e profunda da realidade social e do próprio Serviço Social.

Ao transpor a visão positivista que toma a contradição como um desvio do pensamento, sintoma de erro, falta denexo, pode-se compreender o real significado da profissão no interior das relações sociais como uma especialização do trabalho coletivo que se insere na divisão social e técnica do trabalho e com isso seus limites e possibilidades.

De uma correta apreensão e interpretação das condições objetivas do seu exercício profissional, as quais abarcam as demandas sócio-profissionais, as necessidades, estratégias de luta e resistência das classes sociais, condições e relações de trabalho determinadas, que estabelecem o campo de mediações que se particularizam em determinadas funções, atribuições, competências, a profissão nega seu caráter de profissão liberal e sua suposta autonomia frente às instituições.

Como resultado das possibilidades instauradas pela sua inserção no jogo de forças sociais e interesses contraditórios captados pelo referencial teórico-metodológico marxiano conclui que:

“pode estabelecer estratégias profissionais e políticas para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso, *inclusive*, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras”. (IAMAMOTO,1982:75 – os grifos são meus)

A apreensão da contradição presente na prática profissional nos permite compreender a realidade na qual:

“a atuação do assistente sociais é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que tem uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em interação. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e *só pode fortalecer a um ou outro pólo da relação pela mediação do seu oposto*. Participa tanto de mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta à sobrevivência da classe trabalhadora e a reprodução do antagonismos desses interesses sociais, *reforçando as contradições* que constituem o móvel básico da história” (idem, ibidem) (os grifos são nossos) .

De tais avanços na maneira de se conceber a profissão decorre a afirmação acerca da importância da dimensão teórico-metodológica para a profissão.

Consideramos que é a dimensão teórico-metodológica, pautada em um conhecimento crítico, a que nos permite (re) conhecer os princípios, os fundamentos da ordem burguesa e as programáticas de ação utilizadas pelo grande capital, suas necessidades sociais, as quais, por meio de um conjunto de mediações, convertem-se em *requisições à prática profissional*.

Ora, somente a clareza sobre a natureza e o significado social da profissão: *o que faz o Serviço Social*, é que nos permite avançar para *o que pode e o que deve fazer*.

Não obstante a esta necessidade, a racionalidade do real, que põe a exigência das profissões, não se mostra de imediato. Há uma racionalidade posta tanto no padrão de acumulação vigente no capitalismo tardio quanto no projeto social neoliberal e na contra-reforma do Estado brasileiro, ou seja, na realidade contemporânea, somente perceptível para uma razão inclusiva, histórica, ontológica e crítica que ultrapasse a forma e a abstração. Assim, como nos aponta MARX:

“(...) É preciso, portanto primeiro compreender essa base na sua contradição para depois revolucioná-la praticamente, suprimindo a contradição” (MARX, 1989:95).

Aqui se indica o grande mérito da reflexão teórico-metodológica crítica: ela não se atém à interpretação do real, ela capta as possibilidades de sua transformação. Com uma leitura da realidade a partir dos fundamentos da teoria social de Marx, o assistente social, profissional que vende a sua força de trabalho por um salário e, por isso, não detém a autonomia sobre os meios e modos de realizar sua especialização profissional, passa a perceber, as demandas profissionais que lhe chegam via instituição contratante não como fim, mas como meio de realização de seu projeto profissional. Ao interpretar as demandas não como fato, mas como processo, o profissional as vê como campo de possibilidades. O resultado é uma ampliação destas, uma reconfiguração das mesmas, ainda que elas mantenham sua gênese nas necessidades sociais das classes que polarizam a intervenção profissional.

Se a realidade não se modifica de imediato, a leitura crítica e engajada que se faz dela, constitui-se numa mediação fundamental para um exercício profissional mais competente e comprometido com as demandas dos usuários dos serviços sociais. Este sim é o compromisso ético e político: ético porque vincula-se ao reconhecimento de valores sócio-cêntricos, e, político porque emite uma direção para a sociedade que, ao se confrontar com a direção hegemônica, a põe em questão. Este é o caminho para a construção de uma contra-hegemonia.

Ainda, considerando que toda ação profissional é uma ação teleológica ela encontra-se imbuída de um conjunto de valores e princípios que permitem ao assistente social escolher em qual demanda intervir, quando e como fazê-lo. A nosso ver, a dimensão teórico-metodológica da profissão se constitui numa mediação entre o que fazer e a escolha do *como, onde e o que* não se realiza independente do *para que* (ou para quem), ou seja, das finalidades estabelecidas pela profissão – pautadas num conjunto de valores emanados de um determinado projeto de sociedade.

Para tanto, há que se ter o conhecimento das condições sócio-históricas, das finalidades profissionais, dos possíveis resultados, das condições objetivas sobre as quais a ação incide, dos meios e das possibilidades de realização. Portanto, o conhecimento tanto precede quanto acompanha a intervenção. Mais ainda, ele advém de uma reflexão da realidade. Assim, a teoria nem se constitui em receituário da prática, tampouco a prática pode se confundir com a realidade ou com atividades empíricas.

Nessa concepção de relação teoria e prática como unidade do diverso, a escolha dos meios (o método, as técnicas e os instrumentos) a serem utilizados pelo profissional e das mediações que ele deverá acionar na sua intervenção, se dará em função das suas finalidades e os instrumentos e técnicas serão estabelecidos no interior do projeto profissional<sup>23</sup>.

Considera-se, ainda, que: se, de um lado, é a razão de conhecer a profissão, a racionalidade dialética, que possibilita ao assistente social uma ação mais crítica, de outro, é a instrumentalidade do Serviço Social que lhe garante a sobrevivência e lhe permite ampliar as tarefas meramente rotineiras

---

23 Essa forma de compreender os meios interdita qualquer possibilidade de se pensar em modos de operar definidos a priori, por meio de modelos ou tipologias de intervenção.

e instrumentais, para as quais o assistente social é contratado ao mesmo tempo em que possibilita-lhe uma redefinição e *reconstrução crítica das demandas profissionais*. Ambas, as dimensões intelectual e instrumental devem ser norteadas por um conjunto de valores humano-genéricos que apontem para a crítica radical e superação do mundo burguês.

Há que se reconhecer que o avanço da profissão depende tanto das condições objetivas, materiais-concretas sobre as quais a intervenção profissional se realiza quanto dos agentes profissionais: do seu preparo teórico e técnico e da racionalidade por eles acionada no conhecimento, na interpretação e na transformação das variáveis do contexto social -, já que o resultado das ações profissionais nem sempre coincide com àquele pré-idealizado individualmente pelo profissional bem como tais resultados não se realizam, de maneira nenhuma, independentes das condições materiais existentes.

Se o conhecimento sobre a realidade não muda a realidade, a falta de um conhecimento sobre a realidade, a ausência de referências teórico-metodológicas capazes de desvelar a sociedade burguesa, a inexistência de um projeto profissional que se conecte com os projetos sociais mais progressistas também impedem ou dificultam uma intervenção profissional que se oriente para a ruptura com o conservadorismo na profissão.

Resgatar a importância da adoção de uma teoria crítica para uma profissão fundamentalmente interventiva é, a nosso ver, afirmar a necessária unidade da relação teoria/prática sem com isso abstrair as suas diferenças e peculiaridades.

Se nosso objetivo foi alcançado fica clara a importância de uma formação/capacitação profissional contínua e regular que possa preparar técnica, teórica, ética e politicamente os profissionais para conhecer, intervir e transformar a realidade.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? São Paulo, Cortez, 1995.  
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 11ª. Ed. São Paulo, Nacional, 1984.  
GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1995.

- GUERRA, Yolanda. *Ontologia Social e Formação Profissional*. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.º. 54, São Paulo, Cortez, 1997.
- HAACK, Susan, *Pragmatismo*. In: Compêndio de Filosofia. Nicholas, Bunnin e Tsui-James, E. P. (Org.) Edições Loyola, 2002
- IAMAMOTO, Marilda. e CARVALHO Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico metodológica*. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 1986.
- LABICA, Georges. *As teses sobre Feuerbach de Karl Marx*. RJ, Jorge Zahar Editor, 1990.
- LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. 2a. Ed. Barcelona, Grijalbo, 1968.
- LUKÁCS, Georg. *As bases ontológicas da atividade do homem*. IN: Revista Temas de Ciências Humanas n.º. 4. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social: princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. "O Neopositivismo" *In: Teoria e Política* n. 9. SP, Brasil Debates, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. In: NETTO, José P. (org.), 2a. Ed. São Paulo, Ática, 1992.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. In: Os pensadores. São Paulo. Ed. Abril, 1974.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. SP, Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. (Livro I, Vols. 1 e 2. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (A e B).
- MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- NETTO, José. P. *Ditadura e Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo, Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social*. IN: Cadernos ABESS n.º. 3. São Paulo, Cortez, 1989(b).
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Cortez, 1981
- QUIROGA, Consuelo. *Invasão Positivista no marxismo*. SP, Cortez, 1991
- VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- VV. AA. "A metodologia no Serviço Social". Caderno ABESS n.º. 3, São Paulo, Cortez, 1989.
- VV. AA. "A produção do conhecimento no Serviço Social". Cadernos ABESS n.º. 5. São Paulo, Cortez, 1992.
- VV AA *Revista Temporalis* 3. Ano II n. 3, São Paulo, ABEPSS, 2001

## Yolanda Guerra

♣ Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Professora da ESS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autora do livro: “A instrumentalidade do Serviço Social”, Cortez, 1995 e de artigos e ensaios publicados em revistas técnicas. Atualmente desenvolve o Projeto de Pesquisa: “Fundamentos do exercício profissional na contemporaneidade: crise capitalista e suas expressões na cultura profissional” e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade - NEFSSC. Pesquisadora do CNPq.

